



## Argumentatividade e alusão no agenciamento enunciativo: a migração, a ditadura e os conquistadores no livro didático

*Argumentativity and allusion at the enunciative scene: migration, dictatorship and conquerors in the textbook*

Soeli Maria Schreiber da Silva<sup>1 2</sup>

*Universidade Federal de São Carlos*

Gabriel Reis Moraes Machiaveli<sup>3</sup>

*Universidade Federal de São Carlos*

Bárbara de Souza Freitas<sup>4</sup>

*Universidade Federal de São Carlos*

◆ RESUMO: O presente artigo tem o objetivo de analisar enunciados em livros didáticos sobre as expressões *migração*, *ditadura militar* e *conquistadores*. Com base na Semântica do Acontecimento (2009; 2017; 2018), as análises dessas expressões apresentam uma descrição da cena enunciativa, tratando a questão da alusão no agenciamento enunciativo e de como a argumentação e a argumentatividade são construídas no acontecimento do livro didático. Temos como *corpus* três capítulos de três livros didáticos (dois de história e um de geografia) com selos do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). Constatamos a mobilização dos lugares de enunciação para sustentar as argumentações nos livros.

◆ PALAVRAS-CHAVE: Cena enunciativa. Migração. Ditadura Militar. Conquistadores.

◆ ABSTRACT: This article aims to analyze statements in textbooks about the expressions *migration*, *military dictatorship* and *conquerors*. Based on the Semantics of the Event (2009; 2017; 2018), the analysis of the expressions present a description of the enunciative scene, addressing the allusion question in enunciative agency and how argumentation and argumentativity are constructed in the textbook event. We have as *corpus* three chapters of three textbooks (two of history and one of geography) with stamps of the National Didactic Book and Material Program, developed and applied in Brazil. We note the mobilization of the enunciation places to support the arguments in the books.

◆ KEYWORDS: Enunciative scene. Migration. Military dictatorship. Conquerors.

<sup>1</sup> Doutora em Linguística pela UNICAMP. Professora do Departamento de Letras (DL-UFSCAR) e do Programa de Pós-graduação em Linguística (PPGL) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR).

<sup>2</sup> Este trabalho é fruto de minha participação no VIII Enalihc e IV Ensad realizado na UNEMAT em uma mesa de “Semântica”. Minha apresentação teve a ver com o projeto atual do grupo da UEHPOSOL – Unidade de Estudos Históricos, Políticos e Sociais da Linguagem, em que estamos analisando as enunciações em livros didáticos. Já fizemos 17 anos de existência. E a criação da Unidade de Pesquisa foi em colaboração com Eduardo Guimarães. Obrigada, Guimarães. Guimarães é um fundador e sempre faz parcerias conosco em São Carlos.

<sup>3</sup> Mestre em Letras pela Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ) e doutorando em linguística pelo Programa de Pós-graduação em Linguística (PPGL) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR).

<sup>4</sup> Graduada em Letras pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e mestranda em linguística pelo Programa de Pós-graduação em Linguística (PPGL) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR).

## Introdução

Este trabalho é um resultado parcial de um projeto do grupo de pesquisa da Unidade de Estudos Históricos, Políticos e Sociais da Linguagem (UEHPOSOL) sobre livros didáticos. Pretendemos com este estudo contribuir para os estudos em Semântica Enunciativa e de livros didáticos no Brasil. Temos como base teórico-metodológica a Semântica do Acontecimento, de Eduardo Guimarães (2007, 2009, 2013, 2017, 2018), em que a enunciação é um acontecimento que temporaliza, mobilizando lugares da enunciação que rememoram e atualizam sentidos nos enunciados.

Apresentaremos aqui três análises semântico-enunciativas de enunciações em livros didáticos sobre *migração*, *ditadura militar* e *conquistadores*. Nosso objetivo é descrever a cena enunciativa (GUIMARÃES, 2018) como uma politopia dos lugares de enunciação, descrevendo também como a alusão, a argumentação, e argumentatividade são construídas nos livros.

Tomamos de material de análise três livros didáticos com selos do Programa Nacional do Livro e Material Didático (PNLD). São eles: “Expedição Geográfica” (2015), da Editora Moderna (2015); e História Global 3 (2016), da editora Saraiva; e Projeto Araribá: história (2014), também da Editora Moderna.

Buscamos descrever a mobilização dos lugares da enunciação por meio da alusão e da apresentação, que conforme Guimarães (2018: 68), são modos de “‘comentar’ indiretamente o próprio dizer da cena”. Utilizamos para este fim o aporte teórico sobre o agenciamento enunciativo e a cena enunciativa com o propósito de descrever os lugares da enunciação, e de outra parte, também buscamos descrever as relações de argumentação e argumentatividade que os lugares da enunciação mobilizam para a construção dos sentidos nos livros didáticos.

### 1. Cena enunciativa, argumentação e argumentatividade

Para Guimarães (2018), a enunciação é o acontecimento do funcionamento da língua, é algo que ocorre quando se diz algo. Dessa forma, é o acontecimento do funcionamento da língua com relação ao espaço de enunciação que permite a produção dos sentidos. “Assim a enunciação é um acontecimento que produz sentido. Ou seja, o sentido se produz pela enunciação, pelo acontecimento de funcionamento da língua” (Idem, p. 22).

Dessa forma, analisar a enunciação significa analisar:

o que ocorre quando alguém diz algo, quando um falante de uma língua diz uma sequência que é, de alguma maneira, reconhecida pelos falantes desta língua. Considerando a questão deste modo, dizer algo, produzir significação, se dá num acontecimento (...) (GUIMARÃES, 2018:14)

Então, para analisar a enunciação precisamos de sequências e de um sujeito que as diga, para termos a enunciação. Esse dizer é afetado e expõe uma relação com o real e com o histórico. O histórico que Guimarães trata como acontecimento (Guimarães, 2017) é uma relação passado/presente e futuro. “A língua pode ser caracterizada como um conjunto sistemático de regularidades com as quais é possível dizer algo verbalmente” (GUIMARÃES, 2018:14-15). E o enunciado é “a unidade de linguagem

que apresenta, no seu funcionamento, uma consistência interna, aliada a uma independência relativa” (GUIMARÃES, 2018:15).

Nesse sentido, quando se trata de consistência interna, “um enunciado tem que ser considerado enquanto um elemento linguístico em um acontecimento” (GUIMARÃES, 2018:16). Além disso, “mesmo sendo independente, não deixa de ser um enunciado senão enquanto enunciado de um texto, de um acontecimento” (GUIMARÃES, 2018:17). Somente considerando esses conceitos que chegamos ao sentido, “palavra para a significação dos enunciados” (GUIMARÃES, 2018:17).

Guimarães trata novamente de enunciação dizendo que “a enunciação diz respeito a algo que ocorre quando se diz algo. Trata-se, para nós, de um acontecimento, o acontecimento do dizer” (GUIMARÃES, 2018:18-19).

Esse acontecimento ocorre a partir de um agenciamento enunciativo que convoca o falante, determinado pelo Espaço de Enunciação, a dizer. O espaço de enunciação é uma relação entre falantes e línguas. Só há língua para falantes, e só há falantes porque existem línguas. Dessa forma, consideramos, conforme Guimarães (2017), o Espaço de Enunciação como um espaço que regula e distribui as línguas entre os falantes de forma desigual, por isso a importância do conceito de político como uma afirmação de pertencimento dos não incluídos. É a partir dessa distribuição das línguas que os falantes são agenciados politicamente a enunciar.

Para Guimarães, o político é a construção enunciativa das instituições que dá sentido ao real, distribuindo-o de maneira desigual. Essa distribuição é afetada pela afirmação de pertencimento dos não incluídos, abrindo um litígio, um confronto, que redivide o real. O político, desse modo,

se caracteriza pela oposição entre a afirmação da igualdade em conflito com uma divisão desigual do real produzida enunciativamente pelas instituições que o organizam: organizam os lugares sociais e suas relações, identificando-os (ou seja, atribuindo-lhes sentido), e recortam o mundo das coisas, significando-as. Por este conflito o real se divide e redivide, se refaz incessantemente em nome do pertencimento de todos no todos (GUIMARÃES, 2018: 50)

Portanto, a enunciação é um acontecimento “como o que faz diferença na sua própria ordem” (GUIMARÃES, 2018:37). Assim, o acontecimento tem a ver com o

agenciamento do falante, pelo funcionamento da enunciação, em *aquele que diz*. No acontecimento de enunciação estabelece-se uma *alocução*, ou seja, uma relação constituída pela prática de linguagem, pelo agenciamento dos falantes (GUIMARÃES, 2018: 43)

Nesse agenciamento, o que caracteriza os falantes são os lugares de enunciação que atualmente Guimarães considera, sendo eles: Locutor (L); alocutor-x (al-x), lugar social do Locutor; Locutário (LT), correlato de Locutor; e alocutário-x (at-x), correlato de alocutor-x. Desse modo, “O funcionamento da língua no espaço de enunciação se apresenta como uma alocução de L para LT, como uma *cena enunciativa*” (GUIMARÃES, 2018: 55).

Na alocução, o Al-x num determinado acontecimento constitui por seu dizer o seu correlato, o alocutário (At-x). Temos aí a cena enunciativa que também é caracterizada “por esta divisão que afeta o falante quando ele é agenciado a falar” (GUIMARÃES, 2018:57).

No artigo de Guimarães (2009), intitulado “A enumeração: funcionamento enunciativo e sentido”, em que o autor aborda dois funcionamentos básicos da

enunciação, a articulação e a reescrituração, dando ênfase à enumeração como um dos tipos da reescrituração, não há a explicitação do agenciamento enunciativo e da argumentação no trato desses funcionamentos. Mas, em sua última obra lançada em 2018, Eduardo Guimarães destaca as relações entre o agenciamento enunciativo e a argumentação. Assim,

A argumentação é a sustentação que um *eu* faz a um *tu* relativamente a *algo* sobre que fala. O que estamos dizendo é que no acontecimento de enunciação, nas relações entre o lugar que enuncia e o lugar para o qual se enuncia, o lugar que enuncia (...) sustenta algo do que se enuncia pela apresentação de seu lugar de enunciação como o que relaciona um argumento e uma conclusão. Ou seja, a argumentação se dá como o engajamento de um lugar que enuncia uma relação entre *X* e *Y* enquanto uma razão (*X*) para uma conclusão (*Y*) (...) a relação de sustentação é uma relação de linguagem, uma relação enunciativa (GUIMARÃES, 2018: 97).

Quando a argumentação é relacionada à cena enunciativa, ela, então, “significa um aspecto muito particular da cena enunciativa, seu caráter político, decisivo na constituição de *al-x* e *at-x*”. (GUIMARÃES, 2018:107). E é nesse sentido que Guimarães (2018:108) não analisa a argumentação como persuasão, mas como uma sustentação de quem enuncia, ou seja, a “sustentação de uma posição sobre algo que a enunciação significa. Nesta medida podemos considerá-la como constituída politicamente e devemos analisar seu funcionamento especificamente político”.

Como vimos, o político é um lugar de litígio entre os incluídos e não incluídos na distribuição do real. Segundo Guimarães (2018), o embate se dá quando o Alocutor-*x* se relaciona com um enunciador e esse embate “se constitui pelo *modo de relação* entre os lugares da enunciação” (GUIMARÃES, 2018: 68). Essa mobilização dos lugares de enunciação pode ser caracterizada como uma politopia.

Essa dinâmica dos lugares da enunciação mostra uma relação de que um lugar diz ao mesmo tempo que outro, e isto demonstra modos diferentes de significar e, conforme Guimarães (2018:68), estes “São modos de ‘comentar’ indiretamente o próprio dizer da cena. Estes modos de ‘comentário’ podem se dar por *apresentação* e por *alusão*”.

Assim, “a apresentação consiste em um lugar de enunciação mostrar-se como quem *faz conhecer* um dizer de outro lugar, coexistente ao seu próprio dizer.” (GUIMARÃES, 2018:68). Ao analisarmos os enunciadores “é preciso considerar qual o modo específico da apresentação envolvida” (GUIMARÃES, 2018:69).

Em seguida, define a alusão como

relação de um lugar de enunciação que evoca um outro lugar de enunciação e o que se diz a partir deste lugar. A alusão não é assim uma citação, mesmo que indireta, do dito em outro lugar, até mesmo porque se trata de relações de lugares coexistentes.

Essa alusão se dá quando o enunciador pode “(...) aludir a outro enunciador ou ao alocutor (...). Ou ainda que o alocutor pode aludir ao Locutor” (GUIMARÃES, 2018:69).

Essas relações entre as figuras da enunciação se dão no acontecimento enunciativo de modo a significar as relações entre expressões de enunciados. Essas relações são as relações de articulação. Para tratar da articulação, Guimarães (2018:80) considera que:

a articulação é um modo de relação enunciativa que dá sentido às contiguidades linguísticas, é, então, uma relação local entre elementos linguísticos que significam pela relação com os lugares de enunciação agenciados pelo acontecimento.

Existem três tipos de articulação: 1) articulação por dependência: elementos contíguos se organizam por uma relação em que constitui, no conjunto, um só elemento; 2) articulação por coordenação: quando elementos de uma mesma natureza se organizam como se fossem um só da mesma natureza de cada um dos constituintes; 3) articulação por incidência: “relação que se dá entre um elemento externo a outro que, ao se articular com ele, forma um elemento do segundo tipo” (GUIMARÃES, 2018:81).

## 2. Análises

Neste tópico apresentaremos nossas análises sobre as expressões *migração*, *conquistadores* e *ditadura*.

### 2.1. Migração

Abaixo apresentamos a análise sobre *migração* no livro didático *Expedições Geográficas* (2015):

(1) A migração para países em desenvolvimento é cada vez mais importante (1a) mas ainda é nos países desenvolvidos que vivem cerca de 60% dos migrantes internacionais. (1b) (MELHEM, 2015: 54)

(2) A “pressão” migratória sobre os países desenvolvidos.

Em (1a) *a migração para países em desenvolvimento é cada vez mais importante*, temos uma consistência interna que faz o enunciado significar a partir da definição. Nesse acontecimento o elemento do enunciado que traz a consistência interna é a definição *é cada vez mais importante* que é apresentado nesse enunciado. Esse enunciado é relevante pois, nesse acontecimento de enunciação o que se diz hierarquiza a migração para países em desenvolvimento pela definição “é cada vez mais importante” na relação com o título deste recorte.

Esse primeiro enunciado (1a) desloca o que é dito na enunciação do título do enunciado (2), o que se diz em (1a) é uma avaliação do que se diz em (2). Apresenta uma avaliação e é desse modo que o enunciado (1a) se integra a (2). O falante ao dizer, hierarquiza a migração para países em desenvolvimento. Nesse acontecimento é na língua que o falante faz a avaliação por meio de uma definição.

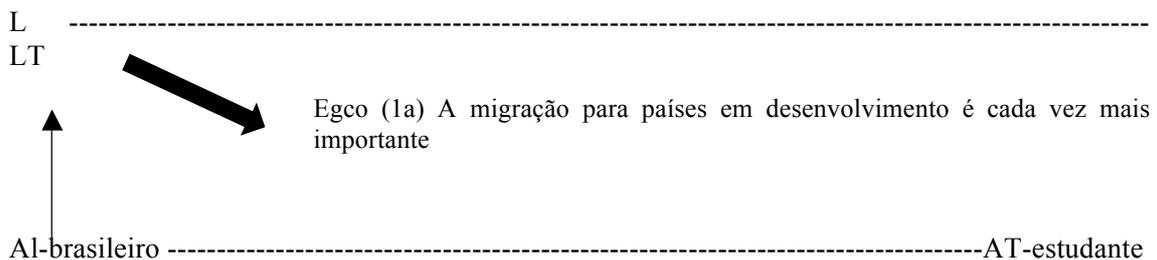
Em qual espaço de enunciação dão-se os enunciados (1a) e (2)? O espaço de enunciação é dividido. No espaço de enunciação do livro didático o falante avalia em (1a) a enunciação dele mesmo em (2) no título do texto. Como se dá a hierarquização? O espaço não é o lugar no qual se fala – na situação que seria num livro didático – há línguas nas quais não se espera que a migração se dê em países desenvolvidos. Como é o caso da língua inglesa. A relação de línguas aqui é tomar a relação de (1a) da Língua Portuguesa Oficial com a relação de (2) dita por um americano. Tratam-se de falantes diferentes e situações diferentes. Há então uma oposição entre esses falantes: o que diz *A “pressão” migratória sobre os países desenvolvidos* e o que diz que *a migração para países em desenvolvimento é cada vez mais importante*. Nesse caso, os falantes são determinados: o falante da língua que fala (2) e o falante que fala (1a). Acontece que o falante empírico é o mesmo mas o que temos é um falante de Língua Portuguesa brasileira falando de um lugar de dizer de um americano ou europeu.

O falante da Língua Portuguesa brasileira é afetado pelo falante da língua inglesa ou europeia. Isso se dá num espaço de enunciação no qual o falante do enunciado (1a) é afetado pelo falante da língua em (2), na medida em que na integração com o enunciado do título ele passa a ser normativo no sentido de assimilar a fala do falante da língua em (2). Aí se dá o litígio, língua portuguesa oficial e língua americana oficial.

No livro didático temos um enunciador universal em (2) e um enunciador genérico em (1a). Esse é lugar do dizer. Assim, pode-se dizer que falantes de uma mesma língua podem ser agenciados por acontecimentos, constituindo alocações específicas. Vamos analisar, o que dá especificidade ao acontecimento? Enunciar no acontecimento do dizer (1a) com sentido (1a) tem a ver com a integração ao título em (2) e isso se dá pela definição. Temos o Locutor – autor do livro didático e o alocutor-língua inglesa.

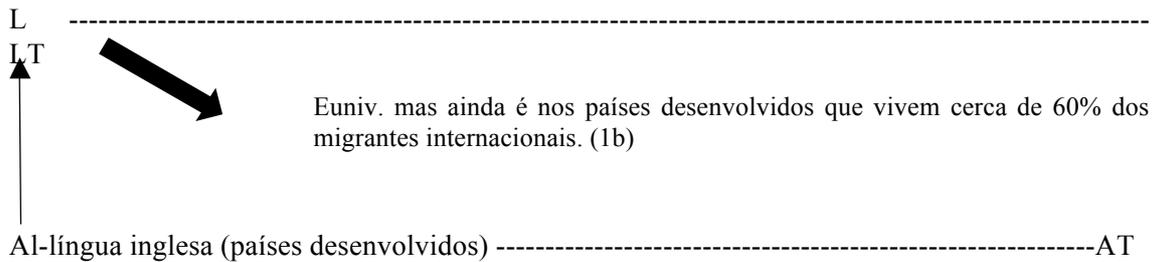
O que é o político na relação (1a) e (2)? O alocutor-x põe de lado uma enunciação, agenciado nesse acontecimento: o lugar social que diz (1a) é da língua oficial – Língua Portuguesa brasileira. E o lugar que diz (2) é o lugar social da língua inglesa que em (1a) é preterido, deixado de lado. O lugar da língua inglesa que fala da pressão imigratória sobre os países desenvolvidos é deixado de lado. Um lugar de enunciação de língua portuguesa brasileira. Al-língua portuguesa do Brasil atribui outro sentido para o Alocutor oficial da língua inglesa.

Temos então que (a seta fina representa a alusão, enquanto que a mais espessa representa apresentação):



O alocutor-brasileiro alude o Locutor a apresentar o enunciador genérico. Na sequência de (1a), temos (1b) *mas ainda é nos países desenvolvidos que vivem cerca de 60% dos migrantes internacionais*. Ao dizer A mas B o falante é constituído em locutor. E esse locutor – autor do livro didático fala para o locutário aluno. O L (locutor) é correlato de (LT) locutário. Em (1b) temos um Alocutor – x que não se opõe ao título (2). Fazendo uma aliança com (2), temos um lugar de desentendimento entre locutor e Alocutor-x de dois modos: uma avaliação do al-x e uma aliança do al-x com o locutor. O al-língua inglesa põe-se em litígio com o L, agenciado por outra língua e produz a divisão L/al-x.

O Alocutor da língua inglesa apresenta um enunciador individual em correlação com L, um locutor do livro didático de outra língua. Al-língua inglesa alude ao Locutor pelo seu lugar de dizer individual e L fala do lugar de dizer de um enunciador universal. No caso são relações coexistentes. Trata-se de uma enunciação que evoca o lugar do dizer. Na sequência em (1b) o alocutor-língua inglesa alude ao Locutor, ou seja, faz significar a apresentação por meio de um discurso indireto para desautorizar o Alocutor – língua portuguesa do Brasil em (1a).



A isso Guimarães vai chamar de politopia, ou seja, “o locutor só pode dizer enquanto Al-x na medida em que na alocação divide a cena da enunciação com o Alocutor” (Guimarães, 2018:73).

Em (1) temos uma articulação por coordenação; a sustentação da relação de argumentação se faz a partir do lugar social oficial de Língua Portuguesa – brasileira. Em (1a), al-brasileiro que sustenta a conclusão de que a migração para países em desenvolvimento deve acontecer. O al-x constitui um lugar oficial de Língua Portuguesa que avalia L a partir do memorável de que é melhor ir para países em desenvolvimento, aqui encontramos o litígio entre o L e o alocutor na cena enunciativa.

É o Alocutor – x que toma a palavra e sustenta algo para o alocutário – x. o Alocutor x sustenta uma posição sobre algo que a enunciação significa. Quem quer migrar deve ir para países em desenvolvimento; o presente (a migração para países sem desenvolvimento) desestabiliza o memorável de que é melhor ir para países desenvolvidos.

Em (1a) al-brasileiro se contrapõe a L (2) na enunciação do título. A articulação pelo *mas* em (1b), contrapõe o enunciado (1b) a (1a). Essa enunciação é concessiva. O dito em (1b) se relaciona com o dito em (1a) e orienta a continuidade do texto. É um modo de apresentar a argumentatividade da enunciação.

E como fica a argumentatividade na relação com a cena enunciativa?

L se apresenta como Euniv. no título (2). E isso vai significar na medida em que o alocutor x avalia o título, deslocando-o, entretanto, na relação enunciativa é afetado pela avaliação do Alocutor x. L fala como Euniv. em (2) e al-x fala como enunciador individual em (1a). Mesmo com essa avaliação al-x alude a L em (1b) *mas ainda é nos países desenvolvidos que vivem cerca de 60% dos migrantes internacionais*, a verdade a partir de um dado empírico de que nos países desenvolvidos tem mais migrantes.

Al-x faz uma aliança com L na medida em que apresenta dados empíricos e a diretividade de al-x em (1b) se contrapõe à diretividade em (1a).

## 2.2. Ditadura Militar

Neste subtópico, analisaremos a cena enunciativa do livro *História Global 3* (2016), da editora Saraiva. O excerto abaixo foi retirado do capítulo 14 Governos militares.

(3) - Em seu lugar, foi adotado um modelo baseado na aliança de três grandes grupos: a burocracia técnica estatal (militar e civil), os grandes empresários estrangeiros e os grandes empresários nacionais.

Em razão da aliança desses grupos, alguns historiadores se referem a uma **ditadura civil-militar**. Segundo estudiosos, esse modelo conduziu à modernização da economia, mas também à concentração de renda entre as classes altas e médias e à marginalização da classe baixa. (p. 238 – grifos do autor)

Como vimos, a cena enunciativa é produzida por um agenciamento político da enunciação. Encontramos acima um alocutor-historiador do livro didático. *Alguns historiadores* é um enunciador coletivo, que alude o alocutor-historiador. O L apresenta o enunciador coletivo porque é aludido pelo alocutor-historiador.

Na argumentatividade, encontramos o uso do *mas*, como uma argumentatividade concessiva. Conforme Guimarães (2007; 2013; 2018), a argumentação é uma modalidade que sustenta uma conclusão por meio do alocutor-x, o lugar social de dizer. Dessa forma, o alocutor-historiador é o que sustenta a conclusão de que a ditadura aumentou a “*concentração de renda entre as classes altas e médias e à marginalização da classe baixa*”. Dito de outra forma, o alocutor-historiador alude o Locutor que apresenta o enunciador individual deste enunciado.

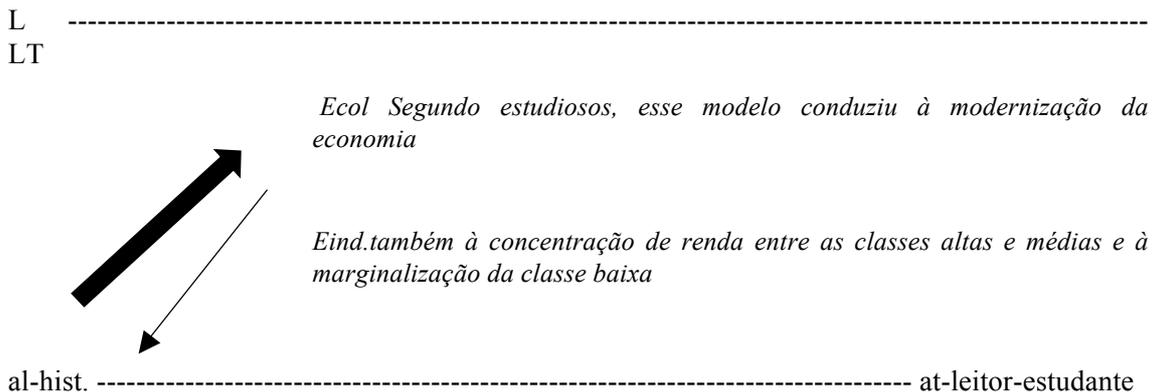
O *mas* divide os lugares da enunciação entre o enunciador coletivo “segundo estudiosos” e o enunciador individual “concentração de renda”. Temos então:

(1’) Segundo estudiosos, esse modelo conduziu à modernização da economia.

E

(1’’) Esse modelo conduziu à concentração de renda entre as classes altas e médias e à marginalização das classes baixas.

Dessa forma, o alocutor-historiador alude o Locutor a apresentar estes dois pontos de vista, mas a força argumentativa do *mas* é que orienta para a conclusão de que a modernização da economia não melhorou as condições sociais do país.



Embora o enunciador individual alude um alocutor-historiador, que apresenta este enunciado a partir de outros estudos sobre a Ditadura no Brasil, o *mas* possibilita a incisa, a opinião e as ideias do alocutor. Dessa forma, embora seja agenciado por posições históricas sobre a Ditadura, o enunciado “concentração de renda” é individual por manifestar o ponto de vista do alocutor-historiador.

Abaixo analisamos outro trecho sobre Ditadura Militar.

(4) - Durante o governo Costa e Silva, apesar da repressão policial, aumentaram os protestos contra a **ditadura** militar no país. As manifestações reuniam diversos grupos sociais. Estudantes saíam às ruas em passeata, operários organizavam greves contra o arrocho salarial, políticos de oposição faziam pronunciamentos criticando as arbitrariedades da **ditadura**. Carlos Lacerda, por exemplo, procurou organizar uma frente ampla de oposição política. Entre membros da Igreja Católica, padres denominados progressistas denunciavam a fome do povo e a tortura policial contra os adversários da **ditadura**. (p. 241)

O primeiro enunciado pode ser parafraseado por:

(1) Durante o governo Costa e Silva, ainda com a repressão policial, aumentaram os protestos contra a ditadura militar no país.

O “apesar” pode ser substituído por “ainda” e o enunciado mantém o mesmo sentido. No entanto, podemos substituir por “mesmo”.

(2) Durante o governo Costa e Silva, mesmo com a repressão policial, aumentaram os protestos contra a ditadura militar no país.

E podemos ainda, conforme Guimarães (2013, p. 276):

(3) Durante o governo Costa e Silva, [No Entanto/Apesar] da repressão policial, aumentaram os protestos contra a ditadura militar no país.

Com base nas paráfrases, encontramos uma argumentatividade concessiva, porque o “apesar da” é uma articulação que enfraquece o argumento “forte repressão policial” e reforça os movimentos contra a ditadura. Desse modo, o locutor-historiador sustenta a argumentação por meio dos memoráveis das manifestações contrárias ao governo militar. O uso do “apesar de” orienta argumentativamente a conclusão.

Portanto, a função do “apesar da” não é apenas uma argumentação linguística, mas sim uma argumentação exposta ao real, tomada na história. O acontecimento da enunciação expõe os memoráveis retomados (Passeata dos Cem mil, criação dos Movimentos R8, Ação Libertadora Nacional, as greves do ABC, Padres Progressistas, i.e.) para sustentar a tese de que a repressão policial não foi suficiente para calar as vozes oposicionistas.

Estes memoráveis são retomados a partir do lugar social do dizer, isto é, do locutor. É o locutor-historiador que apresenta o enunciador universal. A argumentação é sustentada por este lugar social do dizer que mobiliza os memoráveis sobre a ditadura.

L -----  
LT

Euni. *Durante o governo Costa e Silva, apesar da repressão policial, aumentaram os protestos contra a ditadura militar no país*



al-hist. ----- at-leitor-estudante

### 2.3. Conquistadores

Os recortes que são analisados neste subtópico são retirados do livro didático de História da coleção Projeto Araribá, produzida pela Editora Moderna, e selecionada pelo PNLD para ser distribuída em turmas de 7º ano de Ensino Fundamental. O conteúdo do qual são retiradas as sequências trata do período de colonização portuguesa no Brasil e intitula-se “A colonização portuguesa na América”. Especificamente, o recorte se refere à relação entre portugueses e indígenas durante esse processo e analisa-se, na sequência, o funcionamento dos lugares de enunciação com o uso da expressão *conquistadores*, termo usado para referir-se ao português nesse processo de colonização do Brasil:

(3) A guerra dos conquistadores contra os nativos, conhecida como guerra justa, tornou-se uma prática frequente.

(3a) Os portugueses chamaram de “guerra justa” toda guerra empreendida contra povos indígenas considerados inimigos. Essas guerras foram utilizadas para legitimar a escravidão, tornando legalmente cativos os indígenas capturados nos conflitos.<sup>5</sup>

Em sequências de livros didáticos, no geral, constituem-se nos enunciados Locutor, enunciador-universal e alocutor-autor, no caso do livro didático de história, um alocutor-historiador, que se constitui nos recortes (3) e (3a). No entanto, nesses recortes existe um outro lugar de dizer, além do enunciador-universal. A passagem *conhecida como guerra justa* em (3) faz uma especificação do que foi a guerra dos conquistadores contra os nativos (termo utilizado para referir-se aos indígenas, no livro). No entanto, o recorte (3a), presente somente no manual do professor, traz a informação de que a expressão *guerra justa* foi uma expressão determinada pelos portugueses para denominar as guerras entre portugueses e indígenas considerados inimigos. A utilização dessa expressão no manual do aluno, na passagem *conhecida como guerra justa*, com fins meramente informativos de denominação, sem os dados apresentados no recorte (3a), no manual do professor, faz surgir um outro enunciador, agora individual. Isso porque para Guimarães (2017, p. 34), o enunciador individual “É a representação de um lugar como aquele que está acima de todos, como aquele que retira o dizer de sua circunstancialidade. E ao fazer isso representa a linguagem como *independente da história*”. E é o que acontece no trecho *conhecida como guerra justa* em (3), no qual o alocutor-historiador alude um enunciador-individual, à medida que, em seu próprio dizer, informa uma nomenclatura cunhada por portugueses sem que sua origem seja esclarecida, assim, fazendo do seu dizer também um dizer de um outro lugar, o de enunciador individual. Isto é, sendo *guerra justa* uma expressão designada por portugueses para a situação descrita no recorte, ela retira o dizer do alocutor-historiador de sua circunstancialidade à medida que este se constitui com o uso da expressão como se ela fosse um acordo de ambos grupos (de indígenas e portugueses), numa relação de igualdade de direito ao dizer, ao nomear as guerras. No entanto, *guerra justa* surge nesse enunciado como uma posição assumida pelo alocutor-historiador que dá voz a uma perspectiva específica da história do Brasil: a dos “conquistadores”. E o termo “conquistador”, com a alusão do enunciado, passa a não ter uma conotação de alguém que toma algo de forma a subjugar outrem, mas de alguém que obtém, conquista algo por meio de esforço e/ou mérito.

L -----LT

Eind.A guerra dos conquistadores contra os nativos, conhecida como guerra justa, tornou-se uma prática frequente.

Al-historiador -----AT-estudante

Essa alusão no recorte (3) deixa evidente, portanto, um espaço de enunciação do Brasil Colonial, no qual o funcionamento desigual de línguas, faz emergir a escolha portuguesa para nomeação de conflitos. Há, assim, um embate de vozes nesse enunciado e, nessa disputa pela palavra, a do colonizador prevaleceu, mobilizando, portanto, o memorável da dominação portuguesa nesses recortes analisados.

<sup>5</sup> Trecho retirado do manual do professor.



## Considerações finais

O objetivo deste trabalho foi descrever como ocorre a mobilização das figuras da enunciação, conforme Guimarães (2018). Dessa forma, conseguimos constatar uma relação coexistente entre os lugares da enunciação para a produção de sentidos. Os enunciadores, enquanto lugares de dizer, são os que nos possibilitam analisar as designações dos enunciados, no entanto, eles mobilizam outros lugares da enunciação para sustentar a argumentação.

Mostramos esta relação entre enunciadores e alocutores nas análises. É na relação coexistente dos lugares de enunciação que concluímos que a produção de sentidos se dá pelo funcionamento da língua com relação ao Espaço de Enunciação. Podemos indicar que esse intervalo entre o agenciamento do falante e o funcionamento da língua é a cena enunciativa, e que é na cena enunciativa que as argumentações são sustentadas pela alusão/apresentação dos lugares da enunciação.

## REFERÊNCIAS

- APOLINÁRIO, Maria Raquel (editora responsável). **Projeto Araribá: história**. 4 ed. São Paulo: Moderna, 2014.
- COTRIM, Gilberto. **História global 3**. 3. ed. São Paulo : Saraiva, 2016.
- GUIMARÃES, E. A Enumeração: funcionamento enunciativo e sentido. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, 51 (1). Campinas DL, IEL, Unicamp, 2009.
- \_\_\_\_\_. Argumentação e argumentatividade. **Revista do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo**, v. 9 – n. 2, 2013.
- \_\_\_\_\_. Domínio Semântico de Determinação. In: GUIMARÃES, Eduardo; MOLLICA, Maria Cecília. **A Palavra: forma e sentido**. Campinas: Pontes Editores, RG Editores, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Semântica, Enunciação e Sentido**. Campinas: Pontes Editores, 2018.
- \_\_\_\_\_. **Semântica do Acontecimento** – um estudo enunciativo da designação. 4 ed. Campinas: Pontes Editores, 2017.
- MELHEM, A. **Expedições Geográficas**. Melhem Adas, Sérgio Adas (orgs.). São Paulo, 2ª ed., Moderna, 2015.

**Recebido em:** novembro de 2019.

**Aprovado em:** dezembro de 2019.

## Como citar este trabalho:

---

SCHREIBER DA SILVA, S. M, MACHIAVELI, G. R. M, FREITAS, B. S. Argumentatividade e alusão no agenciamento enunciativo: a migração, a ditadura e os conquistadores no livro didático. **Traços de Linguagem**. V.3, n.2, p. 52-62, 2019.

---